

Cheney, Glenn Alan (trad. Daniela Vidigal) (2015) *Law of the Jungle: Environmental Anarchy and the Tenharim People of Amazonia*. Hanover, CT: New London Librarium. 210 pp. (ISBN 978-0-9905899-6-9).

Gabriela Michelotti

Desde a Constituição de 1988, que garantiu o direito dos povos indígenas às suas terras, não se assistia a um recrudescimento tão forte da violência e desrespeito à vida desses povos como assistimos hoje. Apesar de terem constitucionalmente garantida a posse de 13,6% do território do país em Terras Indígenas (TIs), muitos dos quase 900.000 indígenas brasileiros são obrigados ainda a viver fora de suas terras, acampados ao longo de rodovias, aguardando a demarcação e homologação de seu território que nunca acontece. O ritmo irrisório de demarcações dos últimos governos, principalmente de Dilma Rouseff, mostra como hoje há muito pouca vontade política para fazer valer o direito daquelas populações menos privilegiadas do país.

Essa situação é reflexo do fortalecimento político e econômico do agronegócio brasileiro, que vê nos povos indígenas um entrave ao seu projeto míope de aumento de produção por meio da expansão de fronteira agrícola, transformando vastas áreas de florestas e outros biomas brasileiros em milhares de hectares de monoculturas de soja, milho e algodão para exportação. O braço político do agronegócio no Congresso brasileiro, os ruralistas, tem promovido um verdadeiro ataque à legislação ambiental e de direitos indígenas, e com seu imenso poderio econômico tem conseguido aprovar emendas constitucionais e mudanças na legislação, como a que mudou o Código Florestal em 2013, que são verdadeiros retrocessos em relação aos direitos conquistados na Constituição de 1988.

Nesse contexto, não poderia ser mais oportuna a publicação do livro *Law of the Jungle – Environmental Anarchy and the Tenharim People of Amazonia*, que parte de

um episódio recente de violência entre os índios Tenharim e a população de um vilarejo chamado 180 às margens do rio Madeira, na porção sul do estado do Amazonas, próximo à divisa com Rondônia, para traçar um panorama da situação precária da maioria da população indígena do país, marcada por conflitos fundiários com fazendeiros, muitos dos quais obtiveram suas terras ilegalmente por meio de grilagem, e violência endêmica com grupos que sistematicamente invadem terras indígenas para desenvolver atividades ilegais como o garimpo e extração madeireira.

Apesar de assassinatos e crimes fazerem parte do dia-a-dia das populações indígenas, poucas vezes essa realidade chega à maioria da população dos grandes centros urbanos. O incidente com os Tenharim, narrado pelo livro, ao contrário, teve grande repercussão na mídia brasileira, talvez ironicamente por ter envolvido violência contra pessoas não-indígenas. Depois da morte do chefe da tribo em um suspeito acidente de motocicleta, três homens dirigindo um Gol preto na rodovia Transamazônica, incluindo um funcionário da Eletrobrás, desapareceram após passar por um pedágio estabelecido pelos indígenas. O episódio acentuou o clima de tensão existente entre a população não-indígena e os índios, que culminou em uma revolta popular. Os índios tiveram que refugiar-se no quartel da cidade ou fugir para a floresta, enquanto a população incendiava a agência da Funai e o posto de saúde indígena e destruía as casas da aldeia Tenharim. A polícia federal e o exército tiveram que intervir no caso, e cinco líderes indígenas foram presos sem provas concretas de participação no assassinato. Dias após os tumultos, os corpos foram encontrados, mas até hoje não há evidências da participação dos Tenharim no crime.

Para explicar as raízes do conflito, que ganhou grande repercussão na mídia nacional, o livro narra a dinâmica de ocupação e colonização das terras Tenharim por parte dos imigrantes europeus e brasileiros, desde a chegada à região no século 17 dos

primeiros colonizadores portugueses até as mais recentes tentativas de ocupação decorrentes do ciclo da borracha e dos planos de integração nacional do regime militar. Particularmente importante no caso dos Tenharim foi a construção da rodovia Transamazônica na década de 1970, que cortou seu território e mudou para sempre a realidade desse povo. Como em todas as outras regiões por onde passou, a rodovia deixou um rastro de destruição na terra dos Tenharim, que virou palco de um violento conflito fundiário entre indígenas e novos colonos, além de madeireiros e garimpeiros, que passaram a se utilizar de métodos violentos como pistolagem para apropriar-se de recursos pertencentes aos indígenas.

O vilarejo de 180 onde o conflito aconteceu é ilustrativo da realidade de inúmeras localidades de fronteira no interior da Amazônia, onde chegaram dezenas de milhares de pessoas para desenvolver atividades muitas vezes ilegais, como extração madeireira, garimpo e tráfico de drogas. A ausência de presença do estado para fiscalização e controle gerou uma realidade de abuso de direitos e violência, submetendo a população local à lei do mais forte, predominando a vontade dos grupos sociais que se utilizam de expulsões e assassinatos para fazer valer seus interesses.

O livro mostra como a tensão social existente hoje tende a se acentuar com a recente guinada desenvolvimentista na região, aumentando a precariedade da situação dos povos indígenas no país. Com efeito, os planos desenvolvimentistas do governo atual têm passado como um rolo compressor sobre toda a legislação de proteção ambiental e de direitos indígenas para estabelecer megaprojetos de infraestrutura que mudarão profundamente a realidade socioambiental da Amazônia. No livro são discutidos alguns desses projetos, principalmente a construção de grandes hidrelétricas como Belo Monte, Jirau e Balbina.

Outro ponto chave discutido no livro são as inúmeras tentativas feitas pela bancada ruralista para modificar a Constituição e o processo de demarcação de terras indígenas, que atualmente fica a cargo da Funai e do Poder Executivo. A mais nefasta dessas tentativas é a proposta de emenda constitucional 215 (PEC 215), que quer passar para o Poder Legislativo essa responsabilidade, o que decretaria o fim das demarcações de terras no país, já que seria praticamente impossível conseguir passar no atual Congresso Nacional, dominado pela bancada ruralista, qualquer legislação referente à demarcação de terras indígenas.

A presente edição é bilíngue. Apesar de a tradução para o português conter algumas incorreções e não ter sido bem revisada, a disponibilização do texto em português é importante para difundir o conteúdo do livro para parcelas da sociedade civil brasileira que não leem em inglês. A estrutura do livro também poderia ter sido melhor construída. Por exemplo, o autor optou por contar o episódio do conflito dos Tenharim no último capítulo, quando este poderia se constituir um excelente mote para a abertura do livro e a partir dele introduzir as questões mais gerais e abrangentes em relação à Amazônia e aos povos indígenas.

De qualquer maneira, *Law of the Jungle* lança luz à esse gigantesco drama social que, apesar de sua gravidade, é praticamente ignorado pela opinião pública no país. Com introdução e prefácio de importantes defensores dos direitos indígenas, o livro é um grito de alerta para a precariedade da situação da população indígena do país e o total descaso com que o governo brasileiro lida com a questão. Se devidamente homologadas, as terras indígenas representariam um novo destino para os 900.000 indígenas brasileiros, que atualmente tem pouca opção a não ser engrossar as hordas de populações empobrecidas vivendo nas periferias de grandes centros urbanos. Além disso, se efetivamente implementados, os 115.822.212 hectares de TIs, sendo 111.401.207

hectares na Amazônia Legal, ou 22,25% do bioma, possibilitariam a constituição de um mosaico de áreas protegidas que garantiriam proteção de pelo menos parte do território amazônico contra a expansão desordenada da fronteira de monocultura agrícola e as práticas predatórias que a acompanham.